

Os Avá-Canoeiro isolados do Médio Araguaia¹

Kamutaja Āwa (Pedagoga pela UFT)

Patrícia de Mendonça Rodrigues (PhD em Antropologia, consultora independente)

Palavras-chave: Avá Canoeiro do Araguaia, isolados, Mata do Mamão

Este texto divide-se em duas partes. A primeira, com informações históricas e antropológicas, foi elaborada pela antropóloga Patrícia de Mendonça Rodrigues, responsável pelo Relatório Antropológico de Identificação e Delimitação da Terra Indígena *Taego Āwa* em 2012. A segunda, com um depoimento pessoal, foi elaborada por *Kamutaja Āwa*, neta do líder histórico dos Avá-Canoeiro do Araguaia e recém-formada em Pedagogia na Universidade Federal do Tocantins.

Pode-se dizer que os Avá-Canoeiro (autodenominados *Āwa*) foram um dos povos indígenas do Brasil Central mais impactados pelo avanço da colonização capitalista no interior do país com a Marcha para o Oeste, a construção de Brasília e o plano de ocupação da Amazônia pelos governos militares, em que pese a contemporaneidade de muitos dos fatos aqui descritos e a proximidade espacial do centro de poder do país.

A situação atual do grupo indígena “isolado” da Mata do Mamão, na Ilha do Bananal, no Médio Rio Araguaia, objeto deste texto, tem relação direta com a história anterior e posterior ao contato dos Avá-Canoeiro e destaca-se pela negligência com que o assunto tem sido tratado pelo Estado brasileiro há décadas.

Recapitulando brevemente informações que já foram analisadas em maiores detalhes em outros lugares², a literatura histórica registra os primeiros contatos dos “Canoeiro” com os colonizadores em meados do século 18, na região de formadores do Rio Tocantins, quando foram estimados em cerca de 4.000 pessoas³. Após violentos embates com a frente colonizadora na antiga Capitania de Goiás, tornando-se o povo do Brasil Central que mais resistiu à colonização, os “Canoeiro” se dividiram em dois grupos em meados do século 19: os que permaneceram na região de planalto e cerrado dos

¹ Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

² Rodrigues (2012, 2013, 2019, 2020).

³ Toral (1984/1985), Pedroso (1994), Teófilo da Silva (2010), Rodrigues (2012).

formadores do Rio Tocantins e os que migraram aos poucos para a planície inundável do vale do médio Araguaia, adentrando no antigo território de ocupação tradicional dos povos Karajá e Javaé. Os Avá-Canoeiro, de língua tupi e hábeis caçadores, passaram a disputar o mesmo território com os Javaé, em especial, exímios pescadores, falantes de uma língua do tronco Macro-Jê, e habitantes dessa grande área de várzeas. Desde o fim do século 19, os Avá-Canoeiro do Araguaia penetraram o vale do Rio Javaés, braço do Araguaia que forma a Ilha do Bananal, território de ocupação histórico dos Javaé. Com uma separação de mais de 150 anos entre ao Avá-Canoeiro do Rio Araguaia e os do Rio Tocantins, os dois grupos desenvolveram diferenças dialetais e apagaram a memória de um passado comum, não se reconhecendo mais como um mesmo povo.

O SPI realizou a primeira expedição oficial no século 20 para contatar os Avá-Canoeiro entre 1946 e 1955, no Município de Uruaçu (GO), no divisor de águas entre as bacias do Araguaia e Tocantins, sem obter sucesso. Em 1971, a FUNAI reativou a Frente de Atração diante de massacres notórios na região de Uruaçu e de reclamações de fazendeiros locais sobre o abate de bovinos e equinos praticado pelos indígenas tanto no alto Tocantins como no Médio Araguaia, na região do Rio Javaés. Ainda em 1971, o funcionário Euvaldo Gomes da Silva foi substituído no comando pelo experiente sertanista Israel Praxedes Batista, que havia atuado na equipe de atração do SPI na década de 40. Só em fevereiro de 1972, no entanto, a FUNAI realizou a primeira expedição para tentar localizar os Avá-Canoeiro da região do Rio Javaés.

Com a descoberta de inúmeros vestígios sobre os Avá-Canoeiro do Araguaia entre os rios Javaés e Formoso do Araguaia, dentro da imensa Fazenda Canuanã⁴, que recebeu incentivos fiscais da SUDAM nos governos militares e cuja sede fora instalada no local de uma antiga aldeia Javaé, a FUNAI autorizou o desdobramento da Frente de Atração em duas equipes: uma na região do Rio Tocantins e outra na região do Rio Araguaia, com atuação simultânea e com o mesmo chefe, conforme um relatório de Praxedes de 25.7.1972⁵. O relatório informa que a equipe do Araguaia estava acampada provisoriamente às margens do Rio Formoso do Araguaia e que Praxedes havia concluído que os dois grupos eram da mesma “nação”, pois ambos gostavam de “comer carne de cavalo”, eram “nômades” e “extremamente arredios”. No alto Tocantins/Rio Maranhão, a tentativa de localização continuou até o ano de 2000, mas apesar dos vestígios e depoimentos de moradores em uma vasta região, nenhum grupo foi localizado. Na década

⁴ Com mais de 100.000 ha registrados no cartório de Formoso do Araguaia (TO).

⁵ Processo FUNAI nº 7/322/72.

de 70, a atenção da imprensa nacional se voltou para o trabalho realizado no Araguaia (Toral 1984/1985).

Há uma coincidência entre a instalação da Frente de Atração no Araguaia e o interesse do grupo BRADESCO em estabelecer uma parceria com a Fazenda Canuanã, onde foi instalada a primeira unidade rural da Fundação BRADESCO em 1972. No Araguaia, os relatórios de Israel Praxedes reconheceram a ocupação dos Avá-Canoeiro do Araguaia em uma vasta região de 50.000 ha entre os rios Javaés e Formoso do Araguaia, dentro das terras da Fazenda Canuanã e outras fazendas menores.

Devido à resistência de séculos dos Avá-Canoeiro em estabelecer o contato pacífico, o que se agravou com os massacres dos anos 40 e 50 no interflúvio Javaés / Formoso do Araguaia, obrigando os sobreviventes a um périplo constante e refúgio em locais inóspitos, a tradicional técnica indigenista rondoniana de oferta de brindes, a “posse por sedução” (Ramos, 2019), não deu o resultado esperado. Mais do que isso, havia pressa durante os governos militares para que o contato fosse realizado e a Fazenda Canuanã / Fundação BRADESCO pudesse se instalar plenamente no território dos Javaé e Avá-Canoeiro como parte de uma estratégia nacional de ocupação da Amazônia, considerada equivocadamente com um grande vazio demográfico. O sertanista Israel Praxedes foi substituído em outubro de 1973 pelo jovem sertanista Apoena Meireles, que decidiu realizar o contato abruptamente, atacando o acampamento dos Avá-Canoeiro com tiros e fogos de artifício no início de dezembro. A abordagem resultou na morte de uma menina, fato omitido pela FUNAI, na captura de 6 sobreviventes e fuga de outros 4, que foram contatados no ano seguinte. A Frente de Atração contava com apoio de índios Xavante e Javaé e localizou rapidamente o acampamento dos Avá-Canoeiro, em uma região inundável, a partir das informações levantadas previamente por Praxedes:

“(...) De posse de autorização e numerário, sobrevoei a região indicada tendo localizado um grupo de índios Avá-Canoeiros a cerca de dez quilômetros da sede da fazenda ‘Canoanã’ e quatro da margem esquerda do Rio Formoso. Os silvícolas, conhecidos na zona pelo nome de ‘Cara-Pretas’, em número de vinte, aproximadamente, estavam construindo ranchos para se abrigarem das chuvas, num capão de mato de perto de sete hectares, constituindo um torrão seco a salvo das enchentes que alagam setenta por cento das margens dos rios dali. Observei os índios de uma altura entre duzentos e trezentos metros, tendo o avião me advertido que sempre que voa sobre eles a uma altura menor mudam-se imediatamente.”

A violência do contato realizado pela FUNAI, sobre o qual foram produzidos boletins oficiais com informações inverossímeis nos governos militares⁶, e suas consequências traumáticas para os Avá-Canoeiro do Araguaia até hoje foram abordadas em outros textos⁷, sendo aqui sintetizados alguns fatos essenciais: a contaminação de alguns por vírus ou bactérias para os quais não tinham imunidade por negligência do órgão indigenista, resultando em mortes, a transferência definitiva dos sobreviventes para a aldeia de antigos adversários históricos, os Javaé, onde passaram a viver nas décadas que se seguiram em situação de subalternidade, a perda do território para a expansão agropecuária. Em 1976, o grupo estava reduzido a apenas 5 pessoas.

No que diz respeito ao período anterior à captura forçada, a memória oral dos sobreviventes do Araguaia faz referência a um período de relativa estabilidade nas primeiras décadas do século 20, quando um grupo maior de parentes próximos vivia em uma gruta ao norte da Ilha do Bananal, onde chegou a praticar a agricultura nas redondezas. Há referências também a aldeias de outros grupos dos Avá-Canoeiro que existiram nessa época, no interflúvio Javaés / Formoso do Araguaia, com centenas de pessoas. A partir da década de 40, com a penetração das frentes de colonização na margem direita do Rio Javaés (mineradores e criadores de gado), o grupo que vivia na gruta, do qual descendem os atuais Avá-Canoeiro do Araguaia, iniciou um longo período de deslocamentos constantes pelo vale do Rio Javaés, dentro e fora da Ilha do Bananal, cada vez mais para o sul, em condições críticas de sobrevivência. A literatura e a memória regional⁸ registram massacres nas décadas de 40 e 50, principalmente, quando centenas de pessoas foram assassinadas isoladamente ou em grupo e aldeias foram incendiadas. As dificuldades se acentuaram com o passar dos anos até atingir um auge em 1973, com o grupo que seria capturado encurralado por fazendeiros que organizavam emboscadas e reduzido a apenas 11 pessoas com vínculos próximos de parentesco.

Dos remanescentes do contato, agora resta apenas uma mulher, *Kaukamy*, mãe de todas as crianças da primeira geração nascida após o contato. Entre 2009 e 2011, três sobreviventes do contato, incluindo *Tutawa*, o líder histórico do grupo, pai de *Kaukamy* e de seu irmão *Agàek*, lembraram em detalhes ao grupo técnico da FUNAI que identificou a Terra Indígena Taego ãwa (Rodrigues, 2012) das décadas em que viveram como refugiados de guerra, fugindo de tiroteios, ataques de famosos caçadores de “Cara Preta”,

⁶ FUNAI (1973, 1974), Meireles (1973), Meireles e Meireles (1973/1974).

⁷ Rodrigues (2012, 2013, 2019, 2020).

⁸ Pedroso (1994, 2006), Toral (1984/1985), Rocha (2002), Rodrigues (2012, 2013, 2019, 2020).

nome como os Avá eram conhecidos no médio Araguaia, perseguições de homens a cavalo e seus cães ferozes, incêndios, raptos de crianças. Impedidos de praticar a agricultura, lembraram também dos produtos que tomavam das roças alheias e dos utensílios de metal que furtavam nas casas dos invasores para fabricar suas temidas flechas com ponta de metal, a principal defesa diante das armas de fogo. Com o tempo, por questões de segurança, as caminhadas e as fogueiras passaram a ser feitas somente à noite, a comunicação à distância imitava assobios de pássaros, a moradia reduziu-se a rústicos acampamentos nos locais mais inóspitos, evitados até pelos cavalos, que mal protegiam da chuva ou dos mosquitos, não se andava mais nas savanas onde poderiam ser vistos à distância, os alimentos escassearam e foram limitados à caça simplesmente.

Dos parentes próximos não foram esquecidos os nomes tupi-guarani e as circunstâncias da morte, seja por “doença”, acidente ou assassinato, a causa mais comum. Inúmeras vezes o grupo teve que abandonar os corpos dos parentes aos urubus, privando-os do enterro primário e secundário, em razão da fuga desabalada e sem rumo certo. Tornaram-se especialistas em fugas repentinas e, como sempre acontecia, as pessoas sabiam onde se encontrar horas depois de um ataque a tiros, reunindo-se para cuidar dos feridos, contar os mortos e os que permaneceram vivos, como aconteceu algumas vezes dentro da Fazenda Canuanã e no episódio do contato forçado. O sertanista Praxedes Batista descreveu um desses ataques dos vaqueiros da “Fazenda Dorilândia”:

“(…) Ainda agora, na região de Formoso do Araguaia, alegando o desaparecimento de algumas reses, que teriam sido comidas pelos índios, vaqueiros da ‘Fazenda Dorilândia’ deram uma batida na região sob o pretexto de procurar os animais indo dar num aldeamento indígena. Os silvícolas, homens, mulheres e crianças abandonaram precipitadamente suas choças, apesar de não haverem os vaqueiros demonstrado ânimo belicoso. Nas palhoças muito rudimentares deixaram algumas flexas, animais diversos (macacos, papagaios e periquitos) e uma parte de um tambor de óleo. (...) Os empregados da fazenda não levaram nenhum animal e carregaram poucas lanças, flexas e facas. Tão logo os civilizados se afastaram, os índios voltaram e levaram tudo que haviam deixado em sua fuga precipitada.” (Processo FUNAI nº 7/322/72)

Após décadas de genocídio incessante no século 20, os Avá-Canoeiro estavam assim reduzidos e distribuídos: no Médio Araguaia, dos 14 refugiados que chegaram à Mata Azul, dentro da Fazenda Canuanã, em meados da década de 60, três morreram antes do contato, quando um pequeno grupo de 11 parentes próximos foi atacado pela FUNAI

em 1973, restando apenas 5 pessoas em 1976 (um homem com sua irmã e três filhos)⁹; no alto Tocantins, um grupo de 4 pessoas exaustas, duas mulheres e um casal de crianças, pediu ajuda à população regional em 1983, depois de massacres, perdas, fome, ataque da animais selvagens e fuga em condições desumanas¹⁰.

No que diz respeito ao grupo “isolado” da Mata do Mamão, que seria mais adequadamente descrito como um grupo de “refugiados”, a hipótese mais provável é que se trata de um dos outros grupos de sobreviventes avá-canoeiro que andavam no vale do Rio Javaés na época do contato ou mesmo de pessoas diretamente relacionadas ao grupo que foi contatado pela FUNAI e sobre os quais o próprio sertanista Israel Praxedes escreveu informações a respeito. O sertanista relatou que a equipe de atração encontrou um acampamento abandonado e que um dos membros chegou a ver os Avá-Canoeiro à distância, estimados em mais de trinta pessoas:

“(…) Em Formoso do Araguaia, a expedição encontrou acampamentos abandonados dos canoeiros e um de nossos companheiros chegou a vê-los de uma certa distância: são homens altos e fortes e, aparentemente, não são negros, como se diz sempre. O acampamento constava de quatro habitações rudimentares, de pau-a-pique, cobertas de piaçaba. Ao que parece, o acampamento foi abandonado por terem secado as cacimbas de que os índios se servem, já que não bebem água de rio. Pelos sinais, estavam acampados ali mais de trinta pessoas, o que mostra que a população dos canoeiros não é tão pequena como se pensa.” (Processo FUNAI n° 1166/73, folha 18)

Estimados ora em 20 ora em mais de 30 pessoas, “o que mostra que a população dos canoeiros não é tão pequena como se pensa”, foi feita uma estimativa de um número maior que os 10 contatados pela Frente de Atração em 1973/1974. Além disso, há relatos sobre outros grupos que foram atacados em lugares diferentes no vale do Javaés nas décadas de 60/70, seja dentro ou fora da Ilha do Bananal. Em outro documento, Praxedes confirma essa informação de que havia mais de um grupo em uma vasta região ao mesmo tempo:

“(…) Em Formoso do Araguaia fizemos uma penetração de vários dias e pudemos notar muitos vestígios de índios, tais como cortes de facão e machado, ranchos onde dormiram os silvícolas e flechas. Fotografamos tudo e trouxemos algum material recolhido. (...) Além disso, os avá-canoeiros têm sido vistos constantemente por vaqueiros, sertanejos, mas sempre à distância e se afastando rapidamente tão logo pressentem a presença de civilizados. Pelos cálculos, deslocam-se numa faixa de 300 quilômetros de comprimento por 10 a 30 de largura, aparentemente temerosos da

⁹ Rodrigues (2012).

¹⁰ Tosta (1997), Teófilo da Silva (2010).

crescente entrada de civilizados para a região, ocupada por grandes fazendas de propriedades de sociedades anônimas.” (Microfilme da FUNAI nº 296, fotograma 73)

Depois da realização do contato forçado no Araguaia (fora da Ilha do Bananal, entre o Rio Javaés e o Rio Formoso do Araguaia), continuamente surgiram informações sobre um ou mais de um grupo isolado dentro da Ilha do Bananal e arredores, sendo o mais conhecido o da Mata do Mamão, na porção centro-norte da ilha, no Parque Nacional do Araguaia, em sobreposição com a Terra Indígena Inãwébohona. A Mata do Mamão é a maior e principal mata de área seca dentro da Ilha do Bananal, situada em um local interiorano e de difícil acesso, o que a tornou um refúgio óbvio em uma área de savanas inundáveis com poucos locais à salvo da inundação na estação chuvosa.

O conjunto de informa es sobre a história dos Av -Canoeiro antes do contato leva a crer que a opção do grupo atual em viver em isolamento na Mata do Mamão repete de algum modo a estratégia adotada pelos Av -Canoeiro do Araguaia antes do contato forçado em 1973, tendo em vista o trauma que a captura representou para um povo que, conforme a literatura histórica, preferia a morte a se entregar ao inimigo.

Na década de 80, o antropólogo André Toral (1984/1985, 1986), que fez pesquisa no médio Araguaia e chegou a comandar a Frente de Atra o da FUNAI no alto Tocantins em 1985, mencionou a existência de isolados na Mata do Mamão, propondo no entanto que a demarca o de uma terra para os Av -Canoeiro contatados fosse condicionada   atra o prévia do grupo isolado. Desde então, uma série de informa es sobre os índios da Mata do Mamão são veiculadas pelos vaqueiros e posseiros da Ilha do Bananal, que relatam vestígios de pegadas, alimentos, moradias e até avistamentos esporádicos, além dos próprios Javaé que moram perto da Mata do Mamão e que conhecem muito bem a região desde tempos pré-coloniais. O antigo cacique da aldeia *Wak tyna*, relativamente próxima da Mata do Mamão, falecido recentemente, solicitou por escrito   FUNAI providências do órgão diante da presença dos isolados nas proximidades da aldeia na esta o seca. Posteriormente, os Krahô-Kanela, que habitam uma reserva indígena fora da Ilha do Bananal, também já fizeram diversos relatos ao CIMI sobre a perambula o desse grupo não contatado nas imedia es da reserva na esta o seca. O CIMI regional chegou a realizar expedi es por conta própria na Mata do Mamão e a protocolar denúncias formais junto   FUNAI.

Durante a pesquisa para a identifica o da Terra Indígena Javaé / Av -Canoeiro (Rodrigues, 2010, Ferraz, 2010), em 2009, o grupo técnico da FUNAI obteve informa es

dos Javaé sobre a circulação de outro grupo de isolados na porção sul da Ilha do Bananal. Esse pequeno grupo atravessaria o Rio Javaés na estação seca para frequentar uma mata fora da Ilha do Bananal, na beira de um lago, onde os Javaé chegaram a trocar objetos com alguns deles.

Em 2016, pela primeira vez desde o contato forçado, depois de relatos de uma equipe do IBAMA sobre a presença dos isolados no Parque Nacional do Araguaia, a FUNAI enviou à Ilha do Bananal indigenistas da CGIIRC¹¹ que tinham experiência em outras regiões distantes da floresta amazônica, mas nenhuma familiaridade com a região de savanas inundáveis da Ilha do Bananal, em uma área de transição entre os biomas Cerrado e Amazônia. A investigação inicial não teve continuidade devido às dificuldades concretas que tiveram em campo em uma região desconhecida. É interessante notar que a pouca familiaridade com essa região inundável, descrita em termos de grandes obstáculos, foi o mesmo argumento usado por Apoena Meirelles – “região desconhecida”, “péssimas condições de sobrevivência” – em uma carta aos seus superiores militares na FUNAI¹² para justificar a decisão pela abordagem abrupta aos Avá-Canoeiro em 1973, conforme já analisado anteriormente (Rodrigues, 2012, 2013). Enquanto a equipe da CCIIRQ teve dificuldade na estação seca para encontrar água potável em uma ilha fluvial repleta de rios e lagos, Apoena descrevia a região do Capão de Areia (refúgio dos Avá-Canoeiro na estação chuvosa) com o nome jocoso de “Capão do Diabo”, “onde a água era de “tão péssimo sabor” que tinham que “adicionar sal de frutas” para bebê-la.

Em dezembro de 2017, ficamos sabendo por um conhecido Javaé de longa data, em Brasília, que um vaqueiro relatou o assassinato de um indígena isolado, por outra pessoa, na região norte da Ilha do Bananal e que o mesmo Javaé havia acabado de protocolar uma denúncia por escrito na Procuradoria Geral da República. Imediatamente comunicamos o fato à 6ª. Câmara do MPF e registramos a denúncia oficialmente no canal institucional virtual do MPF. Ao mesmo tempo, entramos em contato com a CGIIRQ e fomos recebidos com atenção pelo indigenista Fabrício Amorim, que se mostrou interessado em abrir uma investigação institucional para a confirmação da presença dos isolados em 2018, incluindo um diálogo com os Avá-Canoeiro já contatados. Uma primeira e única “diligência” foi realizada com os Avá-Canoeiro da aldeia Canoanã em fevereiro de 2018, com o apoio do indigenista Eduardo Biaggioni, da Coordenação

¹¹ Coordenação Geral de Índios Isolados e de Recente Contato.

¹² Documento sem data do Arquivo Francisco Meireles, do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, da PUC de Goiânia, doado pela família de Apoena Meireles.

Regional da FUNAI em Palmas, que já havia solicitado inúmeras vezes providências à CGIIRQ quanto aos isolados da Mata do Mamão. A investigação não teve prosseguimento devido ao desligamento de Fabrício Amorim da FUNAI logo a seguir. Entre 2009 e 2019, já no Governo Bolsonaro, o grupo técnico que identificou a Terra Indígena Taego ãwa realizou reuniões com todos os coordenadores que passaram pela CGIIRQ pedindo providências quanto aos isolados da Mata do Mamão, sem maiores resultados.

Com a denúncia realizada, o MPF em Gurupi (TO) abriu um Inquérito Civil Público em 2018¹³ e realizou oitivas, mas não conseguiu provas sobre o assassinato denunciado. Aos autos foram juntados relatórios/denúncias recentes do CIMI de Tocantins, com depoimentos de 9 pessoas sobre avistamentos dos isolados da Mata do Mamão, pedindo providências urgentes quanto à proteção desse grupo, ameaçado pela monocultura de exportação nas várzeas do Rio Formoso, desmatamento, pesca predatória e arrendamento de pastagens na Ilha do Bananal. O MPF expediu ofício à FUNAI questionando sobre a existência de diligências de reconhecimento dos isolados da Ilha do Bananal, ao que o órgão indigenista / CGIIRQ respondeu em 18.6.2018¹⁴ que não havia “evidências que levem à confirmação da existência de índios isolados na região”. Acrescentou ainda a alegação das “limitações orçamentárias” para a realização de atividades previstas de “sobrevoo e expedição” e “reduzido quadro de servidores”. Em novo ofício de 15.4.2019, já no Governo Bolsonaro, a FUNAI informou ao MPF que não foi possível executar ações de localização devido ao “contingenciamento” orçamentário.

O abandono institucional no Araguaia se deu tanto em relação aos isolados, relegados à própria sorte em uma área arrendada a criadores de gado (Ilha do Bananal) durante décadas, quanto aos Avá-Canoero contatados, que vivem até hoje em posição de marginalização nas aldeias de outros. A situação do grupo contatado começou a ser revertida somente em 2009, com a identificação oficial de uma terra indígena de ocupação tradicional, delimitada pela FUNAI em 2012 e declarada como de posse indígena pelo Ministério da Justiça em 2016, e cujo processo de demarcação foi objeto de Ação Civil Pública pelo MPF a partir de 2018, alcançando importantes vitórias judiciais. Desde 2012, tramita também uma ação judicial solicitando do Estado indenização por danos morais e materiais ao grupo.

¹³ Inquérito Civil nº 1.36.002.000017/2018-76

¹⁴ Ofício nº 26/2018/COPLII/CGIIRC/DPT-FUNAI, de 18.6.2018,

No que diz respeito ao grupo de isolados do Araguaia, a invisibilidade diante do órgão indigenista continuou sendo a tônica até os dias de hoje, o que foi agravado consideravelmente no Governo Bolsonaro, mesmo depois do grupo virar notícia na imprensa regional e nacional em 2019, quando um incêndio de grandes proporções devastou quase a metade do Parque Nacional do Araguaia e, por vias tortas, provocou o avistamento dos refugiados da Mata do Mamão:

“(…) No dia 7.10.2019, um grupo de 8 índios refugiados e em pânico, provavelmente do povo Avá-Canoeiro, foi avistado em uma clareira da Mata do Mamão por uma equipe do PREV-fogo/IBAMA durante um sobrevoo em helicóptero de combate ao grande incêndio que se alastrou na Ilha do Bananal. O incêndio se deu no mesmo contexto das queimadas que se propagaram em 2019 na Amazônia, com índices muito acima da média histórica, e se relaciona indubitavelmente à ocupação da Ilha do Bananal por criadores de gado. No período entre janeiro e agosto de 2019, segundo o INPE, foi registrada a presença de impressionantes 1.256 focos de queimadas apenas na Terra Indígena Parque do Araguaia, que abriga parte da Mata do Mamão e outras áreas de mata que seriam possíveis refúgios dos “isolados”. Segundo o levantamento feito, trata-se do maior número de focos de queimadas no período referido em terras indígenas do Brasil.

Cerca de 80% da Mata do Mamão foi destruída pelo fogo, o que reduziu drasticamente os locais de refúgio do grupo em uma área de savanas inundáveis. Segundo a FUNAI, em setembro de 2019 foram queimados 276.720 ha do Parque Nacional do Araguaia, que tem uma área total de 555.524 ha. Ou seja, cerca de metade de todo o parque, que se sobrepõe às terras indígenas Inãwébohona e Utaria Wyhyna, foi devastada pelo incêndio de grandes proporções e que levou muitos dias para ser contido. O MPF de Tocantins ajuizou uma Ação Civil Pública contra a União pouco tempo depois e a Justiça Federal determinou que os órgãos indigenista e ambientais tomassem providências urgentes a respeito dos índios “isolados”.

A vulnerabilidade dos índios “isolados” da Ilha do Bananal agravou-se consideravelmente em 2019, pois, com a redução drástica da grande mata que servia de refúgio, eles podem estar se refugiando em outras áreas menores de mata seca da Ilha do Bananal, constituída de savanas inundáveis, como seus parentes faziam antes do contato. Atualmente, esses índios estão gravemente ameaçados pela presença próxima de elevado número de criadores de gado na Ilha do Bananal e pelo projeto de construção de uma estrada de altíssimo impacto socioambiental. Em 2019, foram vacinados oficialmente 116.796 bovinos na Ilha do Bananal, sob controle de 344 “retiros”, habitações rústicas de posseiros ou vaqueiros enviados por fazendeiros de fora da ilha, na estação seca, em função de suas ricas pastagens naturais.” (Rodrigues, 2020)

Assim como no caso dos Avá-Canoeiro contatados, a judicialização em favor da garantia dos direitos ignorados pelo Estado brasileiro foi a única opção no contexto sociopolítico do governo atual, caracterizado pelo enfraquecimento da política indigenista e ambiental. O Ministério Público Federal em Palmas foi acionado mais uma vez em 2019 e, pouco depois, em 2020, o Juiz da 2ª Vara Federal de Palmas acolheu o pedido do

MPF¹⁵, determinando prazos concretos para a restrição de ingresso e trânsito de não indígenas na região da Mata do Mamão pela FUNAI/IBAMA/ICMBio e condenando a FUNAI à obrigação de constituir uma Frente de Proteção Etnoambiental relativa aos isolados da Ilha do Bananal. Em 2020 novo incêndio se alastrou na Mata do Mamão¹⁶, mas a FUNAI recorreu da decisão judicial por meio da Procuradoria Federal com dois argumentos questionáveis: que a Mata do Mamão se insere em um mosaico de áreas protegidas (terras indígenas e unidades de conservação do Médio Araguaia), de modo que causaria danos financeiros irrecuperáveis ao Estado a alocação de pessoal e construção de instalações destinadas à restrição de estranhos em uma área supostamente já protegida; e “que os locais indicados não são compatíveis com outros locais onde já foram localizados índios isolados”.

Um Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª. Região indeferiu a solicitação¹⁷ em 2020, ou seja, não concordou com o pedido de suspensão da decisão judicial feito pela FUNAI, lembrando que, apesar de se tratar de áreas protegidas, há dados em abundância de diversas fontes, incluindo a própria FUNAI, sobre a enorme pressão ambiental na região, a invasão da área para bovinocultura, as extensas queimadas recentes e a circulação de estranhos armados na área, enfatizando ainda a omissão da FUNAI na proteção das terras indígenas da região e do grupo isolado em questão.

Além do mais, é pertinente lembrar aqui que a FUNAI atestou publicamente incompetência técnica ao argumentar “que os locais indicados não são compatíveis com outros locais onde já foram localizados índios isolados”, ou seja, colocando em dúvida explicitamente o avistamento dos indígenas durante o incêndio no Parque Nacional do Araguaia e deixando entrever nas entrelinhas, talvez, que a existência de “índios isolados” é plausível apenas em áreas de floresta amazônica distantes e supostamente intocadas, com as quais estão mais habituados os indigenistas treinados na tradição sertanista. Trata-se de um argumento no mínimo ingênuo e inaceitável por parte de um órgão que tem origem em 1910 e ampla experiência no país inteiro, pois supõe desconhecer a realidade histórica do Brasil Central, ou fantasioso, apelando ao imaginário do senso comum sobre o índio isolado numa floresta intocada que não existe. Por outro lado, o argumento repete a mesma alegação / prática da Frente de Atração em 1973 e da CGIIRQ em 2016, ambas baseadas no “desconhecimento” ou não familiaridade com a área de savanas inundáveis.

¹⁵ Ação Civil Pública 1005738-21.2019.4.01.4300

¹⁶ <https://agroefogo.org.br/fogo-ameaca-povo-indigena-isolado-na-ilha-do-bananal/>

¹⁷ Processo 1035927-44.2020.4.01.0000

Em 1973, o argumento serviu para acelerar o contato de forma que prejudicou irremediavelmente o grupo capturado; em 2016, as dificuldades em campo diante do não conhecimento da área levaram ao abandono da tentativa de localização, reforçando a invisibilidade do grupo da Mata do Mamão ao Estado.

Atualmente, o processo judicial encontra-se parado no Tribunal Regional Federal na 1ª. Região e os isolados da Ilha do Bananal continuam cercados por criadores de gado e expostos aos incêndios da estação seca.

Entre 1973 e 2022, a FUNAI transitou de uma captura forçada e violenta para o abandono institucional completo desse grupo de isolados, o que é surpreendente em se tratando do povo indígena mais próximo da capital do país com pessoas vivendo em isolamento / fuga. Tanto o grupo de isolados do alto Tocantins, o mais próximo de Brasília, dos quais eventualmente há notícias pela população regional, no Estado de Goiás, quanto os isolados da Mata do Mamão, no Estado do Tocantins, são do mesmo povo.

É importante concluir a narrativa lembrando que essa invisibilidade aberrante tem relação direta com o modo como o Estado lidou com os Avá-Canoeiro do alto Tocantins até o presente momento. Enquanto o grupo do Araguaia sofreu o abandono e a negligência institucional, o pequeno grupo do alto Tocantins, contatado em 1983, viveu a experiência de uma tutela opressiva e onipresente, em desacordo com a própria Constituição de 1988, já descrita e analisada criticamente por outros antropólogos (Tosta, 1997, Teófilo da Silva, 2010) e aqui resumida brevemente.

Após o contato com o pequeno grupo do Rio Tocantins, a FUNAI interditou em 1985 e demarcou em 1999 a Terra Indígena Avá-Canoeiro, com 38.000 ha, nos municípios de Minaçu e Colinas (GO), mas no final dos anos 80 a empresa FURNAS iniciou a construção de Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa em pleno território indígena, levando à inundação de grande parte da Terra Indígena Avá-Canoeiro em 1996. A inundação do território onde circulavam grupos isolados, segundo relatórios da própria FUNAI, acarretou danos socioambientais irreversíveis e gerou um convênio indenizatório entre FUNAI/FURNAS a partir de 1992, denominado Programa Avá-Canoeiro do Tocantins (PACTO), com o objetivo aparente de proteção e compensação aos Avá-Canoeiro contatados. No entanto, conforme já denunciado por funcionários do próprio órgão indigenista, FURNAS degradou a terra indígena e só cumpriu algumas metas do acordo, que previa medidas compensatórias, enquanto elas eram necessárias para não prejudicar o andamento das obras. Apesar da indenização milionária, que se mantém até

hoje, a Terra Indígena Avá-Canoeiro está invadida por estranhos, como fazendeiros, madeireiros e garimpeiros, e o pequeno grupo de Avá-Canoeiro (8 pessoas atualmente) foi submetido a um controle crescente por parte dos operadores do convênio da parceria público-privada em atribuições como o direito de sair ou não da terra indígena, a escolha de parceiros para casamento, o modo de criar os próprios filhos e minúcias da vida privada, como hábitos higiênicos.

A suposta “proteção” incentivou o isolamento dos sobreviventes, impedindo inclusive o acesso das crianças à educação escolar até recentemente, além da alienação e infantilização dos mesmos, que durante muitos anos não foram minimamente informados sobre os objetivos do programa em andamento, o contexto que os envolvia e os seus direitos nessa dívida do Estado. Há também relatos de privações em questões de tratamento de saúde ou mesmo alimentares, apesar dos vultosos recursos de indenização¹⁸. A parceira da FUNAI com um grande empreendimento adquiriu um caráter de dominação, instituindo uma dependência econômica dos índios, por um lado, e uma atitude civilizadora e disciplinadora dos hábitos cotidianos dos Avá-Canoeiro por outro. Somente em 2020 teve início uma investigação do convênio pelo MPF, com o acompanhamento externo pelo TCU e da CGU a partir de então, com o objetivo de proporcionar algum benefício e autonomia ao grupo.

O PACTO tem relação direta com a situação histórica e atual dos isolados do Araguaia, porque, desde o início, a parceria público-privada instituiu duas metas principais que não se realizaram, mas foram determinantes para a invisibilidade histórica e negligência institucional em relação aos isolados da Mata do Mamão: a atração dos isolados do alto Tocantins e a reunificação dos grupos contatados do Araguaia e do Tocantins. A proposta de reunificação incluiu tentativas de casamentos arranjados contra a vontade dos envolvidos, em um processo de desumanização dos dois grupos, e a transferência do grupo do Araguaia para a distante Terra Indígena Avá-Canoeiro, pobre em recursos naturais e de características ambientais muito diversas, apesar da resistência manifesta dos indígenas. Conforme já relatado (Rodrigues, 2020), “com a obsessão pela transferência, a FUNAI ignorou completamente as notícias e vestígios recorrentes sobre os isolados do Araguaia, na Ilha do Bananal. A tentativa de reunificação foi colocada em prática em 1989 e foi levada a cabo por cerca de 25 anos, a custo de abusos e violências diversas que foram denunciados por pesquisadores em trabalhos acadêmicos ou relatórios

¹⁸ Ver a reportagem de Danilo Fariello (O Globo), de 24.02.2013, sobre a “mais rica de todas” as etnias, devido aos royalties recebidos pela FUNAI, mas que leva “uma vida que beira a miséria”.

oficiais, mas que ainda não tiveram a devida investigação por parte do poder público. Ela foi feita contra a vontade dos dois grupos, que não reconheciam nenhum vínculo de parentesco ou histórico depois de mais de 150 anos de separação”.

A tentativa de reunificação e transferência, ignorando a própria Constituição Brasileira, que impede a remoção de um povo indígena sem autorização do Congresso Nacional, foi a única política oficial da FUNAI em relação ao grupo do Araguaia entre o contato forçado, em 1973, e identificação oficial da Terra Indígena Taego Awa em 2012 (Rodrigues, 2012, Ferraz, 2012). Note-se que a identificação de Taego *Ãwa* só aconteceu por insistência do grupo técnico que havia identificado a Terra Indígena Javaé / Avá-Canoeiro (Rodrigues, 2010, Ferraz, 2010) e argumentou junto à FUNAI sobre a necessidade de identificação de uma terra exclusiva para os Avá-Canoeiro do Araguaia.

Desde a pesquisa do grupo técnico da FUNAI com os Avá-Canoeiro do Araguaia, entre 2009 e 2011, ficou claro que há um profundo trauma com o contato forçado, com uma série de consequências visíveis, entre elas o temor que os remanescentes do contato e seus descendentes manifestam diante da possibilidade da realização de novo contato forçado. Nesse novo contexto histórico, de luta pela demarcação da Terra Indígena Taego *Ãwa*, com vitórias importantes e com os Avá-Canoeiro do Araguaia somando mais de 30 pessoas atualmente, a nova geração tem se mobilizado, dentro do possível, para que os “parentes” da Mata do Mamão tenham um outro destino.

Viver deslocado em um mundo sem saber o porquê de estar em terras alheias, sob o domínio e as ordens de outro povo que não lhe convém, é sentir-se despercebido, e assim o meu povo *Ãwa* viveu mais de 40 anos após o contato forçado realizado pela FUNAI no ano de 1973. A complexidade de um mundo nebuloso que o contato forçado deixou como uma das heranças a meu povo *Ãwa*, que é um povo que desde o século XVIII sempre resistiu ao contato com o não indígena, não foi suficiente para tirar a autonomia e o desejo de continuar existindo como povo *Ãwa* e a esperança de um dia voltar para casa.

O processo de demarcação da Terra Indígena Taego *Ãwa* teve início no ano de 2009 com o GT- Grupo de Trabalho composto pela antropóloga Patrícia Rodrigues e a ambientalista Luciana Ferraz, que trouxeram a partir da pesquisa antropológica e histórica

dados que comprovam o que motivou o Estado ter realizado o contato forçado e violento com meu povo *Ãwa*, coordenado pelo sertanista Apoená Meireles.

A complexidade de um mundo estranho em que fomos obrigados a viver durante décadas começou a ser compreensível quando houve o esclarecimento histórico, paralelo à história de resistência e vivência do povo *Ãwa*, com os registros históricos do processo de colonização.

Nós do povo *Ãwa* tínhamos o conhecimento de que fomos obrigados a deixar nossa terra ancestral, mas não éramos sabedores das leis que garantem justiça para nós indígenas, que fomos vítimas de um processo histórico violento, racista e covarde, regressarmos para nossa terra tradicional. Com o início do processo de demarcação, assim como nossa inserção no movimento indígena, meu povo *Ãwa* começou a ter voz, representação política nas políticas públicas e a geração que nasceu após o contato assumiu o protagonismo do processo de demarcação.

Assim, compreendemos que a força indígena é ancestral, porém aliada aos apoiadores que reconhecem que nós povos indígenas somos dignos da justiça social, humana e constitucional. Hoje com o povo *Ãwa* fortalecido temos certeza que a injustiça cometida com o nosso povo na época do contato forçado, que tirou de nós o nosso bem viver, não pode acontecer com os isolados da Mata do Mamão.

Hoje mais que nunca compreendemos o pedido de socorro dos parentes que vivem em isolamento voluntário na Ilha do Bananal, pois temos um histórico semelhante, fomos antes do processo de demarcação invisibilizados, nossos direitos negados e negligenciados pelo Estado brasileiro. E essa situação de vulnerabilidade extrema está acontecendo com os parentes que vivem em isolamento voluntário dentro da Ilha do Bananal.

Há necessidade de falar e conscientizar as pessoas da violação de direitos que os parentes continuam vivendo. A presença dos parentes é evidente entre os povos que habitam a Ilha do Bananal, no ano de 2019 um grupo pequeno foi avistado por um brigadista do Prevfogo, o que ocasionou uma ação a favor do grupo, pedindo interdição da área. Ação que seria o ideal para a manutenção e vivência do grupo que está em situação de risco.

Diante da situação desvantajosa em que nós povos indígenas temos vivenciado, a FUNAI não tem realizado nenhuma atividade referente à salvaguarda dos parentes, colocando-os em risco, quando o órgão indigenista afirma que não há possibilidade de atender à solicitação do MPF por tratar-se de uma área que já é indígena. Desconsiderar

que os parentes são indígenas sem contato e merecem cuidado e um olhar mais humano sobre a situação em que vivem é assinar a sentença de morte do grupo.

O comportamento do Estado brasileiro, representado pela FUNAI para tratar de questões indígenas, é desumano e imoral. Uma história de negação de direito e violência que aconteceu durante séculos contra meu povo *Ãwa* mais uma vez se repete em pleno século XXI e é necessário que a sociedade tenha consciência dos fatos, porque em um Estado de direito o povo precisa se posicionar para garantir que nossos parentes tenham acesso aos seus direitos.

Portanto, o mundo nebuloso que nós, os *Ãwa* de recente contato, vivenciamos após o contato forçado de 1973 e que foi rompido com o processo de demarcação está sendo imposto aos parentes que vivem em isolamento voluntário dentro da Ilha do Bananal pela FUNAI, pois somos a confirmação de que sem o território o povo é tratado como irreal. Que haja justiça e restrição monitorada aos invasores, para que os parentes vivam à sua maneira, que o Estado garanta segurança e paz.

Referências Bibliográficas

- Ferraz, Luciana. 2010. *Relatório ambiental da Terra Indígena Javaé / Avá-Canoeiro* (parcial). Brasília: FUNAI/ UNESCO.
- . 2012. *Relatório ambiental da Terra Indígena Taego Ãwa*. Brasília: FUNAI.
- FUNAI (1973). “Finalmente o contato”. *Boletim Informativo FUNAI* 2 (8), III Trimestre: 3-10. Brasília: FUNAI.
- (1974). “Avá-Canoeiros aos poucos abandonam a peregrinação do medo”. *Boletim Informativo FUNAI* 3 (11/12): 68-72. Brasília: FUNAI.
- Meireles, Denise Maldí. (1973). “Breve notícia sobre os Avá-Canoeiro”. *Boletim Informativo FUNAI* 2 (8), III Trimestre: 11. Brasília: FUNAI.
- Meireles, José Apoená Soares e Meireles, Denise Maldí. (1973/1974). “O conhecimento dos Avá-Canoeiro”. *Boletim Informativo FUNAI* 3 (9/10), IV Trimestre 1973, I Trimestre 1974: 15-23. Brasília: FUNAI
- Pedroso, Dulce. (1994). *O povo invisível*. Goiânia: UCG.
- (2006). “Avá-Canoeiro”. In Moura, M (Org). *Índios de Goiás: uma perspectiva histórico-cultural*. 91-133. Goiânia: UCG.
- Rocha, Jennifer Alves. (2002). *Memória e esquecimento: a história dos Avá-Canoeiro no Tocantins*. Monografia de Graduação em História. Porto Nacional: UFT.

Rodrigues, Patrícia de Mendonça. (2010). *Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação: Terra Indígena Javaé / Avá-Canoeiro*. Brasília: FUNAI/UNESCO.

— (2012). *Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação: Terra Indígena Taego Áwa*. Brasília: FUNAI.

— (2013). “Os Avá-Canoeiro do Araguaia e o tempo do cativoiro”. *Anuário Antropológico* 2012/I: 83-138. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

— (2019). “Possibilidades de reparação e justiça para os Avá-Canoeiro do Araguaia a partir da memória e da verdade sobre o que não se quer lembrar”. In Coffaci, E. e Pacheco, R. (Org). *Dossiê*. Revista Campos 20 (2). 59-81. Curitiba: PPGA/UFPR.

— (2020). “Avá-Canoeiro”. *Enciclopédia dos povos indígenas*. www.socioambiental.org. São Paulo: ISA.

Teófilo da Silva, Christian. (2010). *Cativando Maíra – A sobrevivência dos índios avá-canoeiros no alto Rio Tocantins*. São Paulo: Annablume; Goiânia: PUC Goiás.

Toral, André. (1984/1985). “Os índios negros ou os Carijó de Goiás – A história dos Avá-Canoeiro”. *Revista de Antropologia* 27/28: 287-325. São Paulo: USP.

— (1986). “Sem perspectivas – dispersão e isolamento impedem continuidade dos Avá-Canoeiro”. *Povos Indígenas no Brasil* 85/86: 371-372. Aconteceu Especial 17, CEDI. São Paulo: Guteplan.

Tosta, Lena. (1997). “*Homi matou papai meu*”: *uma situação histórica dos Avá-Canoeiro*. Monografia de Graduação em Antropologia. Brasília: UnB.